

Para além do texto: o dicionário como um gênero

Beyond text: the dictionary as a genre

Luciana Moraes Silva Octaviano* 

RESUMO: Visto como um objeto cultural, o dicionário é uma das mais importantes instituições da civilização moderna, exercendo funções normativas e informativas na sociedade (Biderman, 2001). Dada a importância do dicionário para a sociedade e à comunidade linguística, em especial, a do campo da Lexicografia, este artigo tem como objetivos: (i) apresentar uma base teórica para categorizar o dicionário como gênero e (ii) discorrer sobre como a organização do dicionário e as necessidades dos usuários contribuem para essa categorização. A partir dos aspectos de gênero propostos por Miller (1984, 2005, 2012, 2015 e 2020), caracteriza-se o dicionário como um gênero – ação social –, uma vez que, entre outras razões: (i) ele constitui diferentes papéis para uma comunidade linguística e seus usuários; (ii) sua organização permite que os usuários obtenham informações inerentes às suas interações comunicativas; e (iii) sua potência pragmática é parte constituinte da comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Lexicografia. Dicionário. Gênero. Ação social.

ABSTRACT: Regarded as a cultural object, the dictionary is one of the most important institutions of modern civilization, carrying on normative and informative functions in society (Biderman, 2001). Given the importance of the dictionary for society and the linguistic community, especially in the area of Lexicography, this paper aims to: (i) present a theoretical basis to categorize dictionary as a genre and (ii) discuss about how organization of dictionary and the users' needs contribute to this categorization. Based on aspects of genre proposed by Miller (1984, 2005, 2012, 2015, 2020), the dictionary is characterized as a genre – social action –, since among other reasons: (i) it constitutes different roles for a linguistic community and its users; (ii) organization of dictionary allows users to get information inherent to their communicative interactions; and (iii) pragmatic power of dictionary is a constituent part of communication.

KEYWORDS: Lexicography. Dictionary. Genre. Social action.

* Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).
lm.octaviano@unesp.br

1 Introdução

Como objeto cultural, o dicionário é um dos mais importantes registros produzidos pela civilização humana, exercendo funções normativas e informativas na sociedade (Biderman, 2001). Nessa perspectiva, Biderman (2001) explica que o dicionário de língua descreve o vocabulário de uma língua, registrando e definindo os signos lexicais que apontam os conceitos elaborados e cristalizados na cultura de uma sociedade.

Visto como a mais prototípica das obras lexicográficas, Krieger *et al.* (2006) acrescentam que o dicionário de língua exerce diferentes papéis. Primeiramente, o de permitir que uma comunidade linguística se reconheça em sua história e em sua cultura, já que, no dicionário, são reunidos um conjunto de itens lexicais criados e utilizados por essa comunidade. Em seguida, o de legitimar o léxico, alcançando o estatuto de um código normativo que define parâmetros orientadores dos usos lexicais. Por fim, Krieger *et al.* (2006) declaram que o dicionário “converte-se no testemunho, por excelência, da constituição histórica do léxico de um idioma, bem como da identidade linguístico-cultural das comunidades” (p. 174).

Fortalecendo a ligação entre dicionários e língua – sobretudo, a comunicação – Correia (2008) declara que os dicionários consistem em instrumentos privilegiados de promoção da comunicação linguística, em língua materna, segunda língua ou língua estrangeira, nas vertentes de compreensão e de produção de um sistema linguístico. Ademais, segundo a autora, o dicionário tem incorporado as realizações da Linguística e o seu discurso científico próprio, predominantemente descritivo.

Seja pelos olhares de Biderman (2001), de Krieger *et al.* (2006) ou de Correia (2008), notamos que existe uma comunicação entre os membros de uma comunidade linguística – lexicógrafos – e entre esta e os usuários de um dicionário, quer em um processo normativo ou quer informativo da língua, o que pode contribuir para a caracterização do dicionário como gênero. Pereira e Nadin (2019), com base em Marcuschi (2005, 2008), propuseram a categorização do dicionário com um gênero

textual, sob a premissa de que os dicionários: (a) são constituídos por um conjunto de componentes dispostos em uma estrutura global – macro e microestrutura –, mantendo uma característica dialógica entre suas partes; (b) contemplam um domínio discursivo acadêmico no subdomínio da Lexicografia¹; (c) têm como suporte o livro impresso, a *Internet* ou qualquer outro meio eletrônico; e (d) possuem ideologias em suas entrelinhas, as quais se manifestam de acordo com a formação discursiva do lexicógrafo ou da equipe de lexicógrafos. Concluem, os autores, que o dicionário resulta das intenções comunicativas de caráter informacional.

Uma vez que há uma intenção comunicativa, podemos ainda observar o dicionário sob outro viés: o de gênero como ação social (Miller, 1984, 2005, 2012, 2015, 2020). Para isso, é necessário compreendermos que elementos como forma (sintática) e substância (semântica) de um discurso obtêm sentido a partir de sua fusão e de sua força pragmática, conforme aponta Miller (1984, 2005, 2012, 2015, 2020). Sob essa perspectiva, o gênero não se localiza no texto: ele é uma questão de acordo social (Bazerman; Miller, 2011). Assim sendo, segundo Miller (1984, 2005, 2012, 2015, 2020) o gênero, como representante de uma ação, deve envolver situação e motivo para o uso de um discurso.

Então, se entendermos que há uma situação e um motivo para o uso dos discursos² existentes em um dicionário, este pode ser um representante de uma ação social. À vista disso, os objetivos deste artigo são: (i) apresentar uma base teórica que reitere a categorização do dicionário como um gênero; e (ii) discorrer sobre como a organização do dicionário e as necessidades dos usuários contribuem para a classificação desse produto lexicográfico como gênero – ação social.

¹ “[...] a ciência dos dicionários” (Biderman, 2001, p. 17).

² Neste artigo, a palavra discurso refere-se às estruturas linguísticas utilizadas para apresentar o conjunto de informações ao consulente.

2 Pressupostos teóricos

2.1 Gênero como ação social

Miller (1984, 2005, 2012, 2015, 2020) advoga que o gênero, como representante de uma ação, deve envolver situação e motivo para o uso de um discurso, uma vez que a ação humana é interpretável em confronto com o contexto da situação em que estamos inseridos e por meio da atribuição de motivos. A abordagem defendida pela autora é a de que os gêneros ‘*de facto*’ relatam algo teoricamente importante sobre o discurso e são “culturalmente importantes porque eles marcam categorias culturais”³ (Miller, 2015, p. 57). Sob tal panorama, o termo ‘gênero’ é limitado a um tipo de discurso cuja classificação é baseada na prática de comunidades e não apenas centrada na sintática ou na semântica de um exemplar textual. Essas comunidades reproduzem-se e são constituídas pelas ações, pelos gêneros que representam o pensamento discursivo existente na mente humana e pelos modos de realizar as práticas sociais.

A partir da compreensão de que gênero é uma ação retórica tipificada baseada em situações recorrentes (Miller, 1984) e apoiada na prática retórica e nas convenções discursivas que uma sociedade estabelece, Miller (2012, p. 39) apresenta cinco características que representam sua compreensão de gênero, a saber:

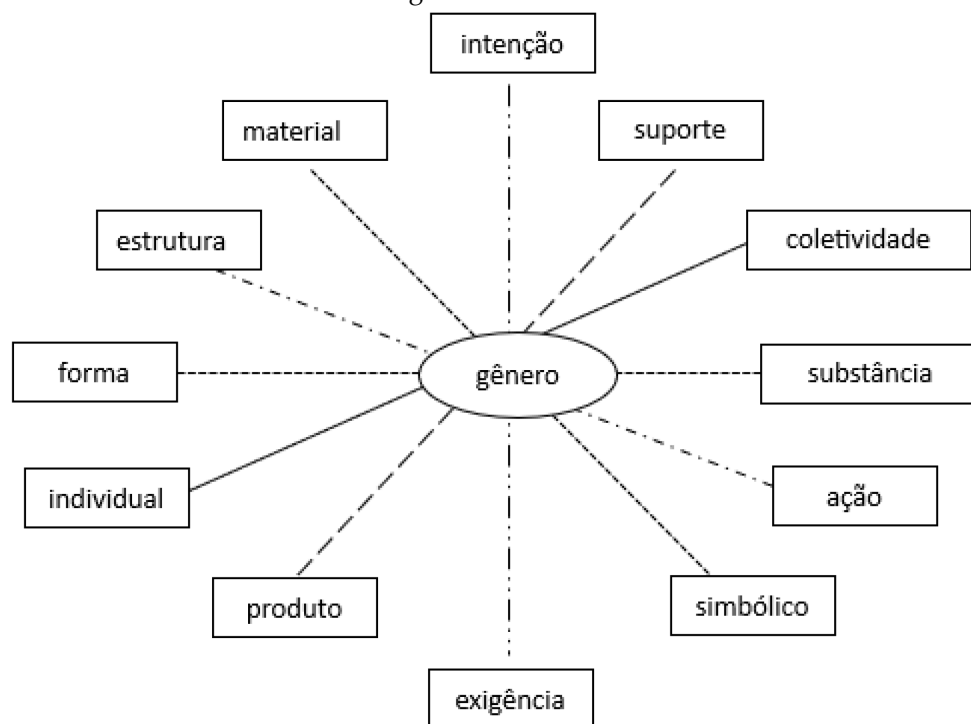
- 1) “o gênero refere-se a uma categoria convencional de discurso baseada na tipificação em grande escala da ação retórica”: como ação, adquire significado da situação e do contexto social em que a própria tenha surgido;
- 2) “como ação significativa, o gênero é interpretável por meio de regras”: as regras de gênero ocorrem em um nível relativamente alto de uma hierarquia de regras para interações simbólicas;

³ Tradução minha para: “[...] genres are culturally important because they mark cultural categories” (Miller, 2015, p. 57).

- 3) “o gênero é distinto de forma”: forma é o termo mais geral usado em todos os níveis da hierarquia, enquanto o gênero é uma forma em um nível particular, que é a fusão de formas de níveis mais baixos e a substância característica;
- 4) “o gênero serve como a substância de formas em níveis mais altos”: como padrões recorrentes do uso linguístico, os gêneros ajudam a constituir a substância de nossa vida cultural, envolvendo o uso da linguagem em diferentes contextos. Sob tal característica, devemos considerar os conceitos, os valores, os interesses, os pressupostos, os gêneros anteriores, as histórias completas e as tradições do gênero (Bazerman; Miller, 2011);
- 5) “um gênero é um meio retórico para a mediação das intenções privadas e da exigência social”: ele é motivado ao ligar o privado (nossas intenções) ao público (intenções de outros usuários do gênero), o singular ao recorrente.

A partir dessas características, Miller (2012, p. 50) sugere ver o gênero como: (a) um constituinte específico e importante da sociedade; (b) um aspecto principal da estrutura comunicativa de uma sociedade; (c) uma das estruturas de poder que as instituições exercem; e (d) um aspecto da comunicação situada, capaz de reprodução, e que pode se manifestar em mais de uma situação e em mais de um espaço-tempo. Nesse contexto, o gênero estabelece um nexos estrutural entre mente e sociedade, em outras palavras, o gênero como ação social é a maneira como interagimos uns com os outros – em que tanto a produção quanto a recepção desses gêneros são importantes (Bazerman; Miller, 2011). A Figura 1, a seguir, sintetiza as características apresentadas por Miller (2012, 2015) para a nossa compreensão de gênero como ação social:

Figura 1 – Gênero.



Fonte: Miller (2015, p. 69 – tradução minha).

Podemos dizer, a partir da Figura 1, que um gênero envolve diferentes aspectos: a intenção e a exigência, o suporte e o produto, o coletivo e o individual, a substância e a forma, a ação e a estrutura, por fim, o simbólico e o material. Miller (2015) ressalta que “o gênero se tornou muito mais complexo, um fenômeno social multidimensional, um nexo de estruturação entre ação e estrutura, entre o agente e a instituição, entre o passado e o futuro”⁴ (p. 69). Apesar dessa complexidade, a autora afirma que o gênero continua a ser um conceito útil porque caracteriza as comunidades, oferece modos de engajamento, conecta os fluxos de experiências, faz com que padrões recorrentes se tornem significativos, além de promover satisfação e prazer.

Nessa perspectiva, o que entendemos por exigência, motivo e situação é determinante para a análise de um gênero, assim, Miller (2020) esclarece-nos pontos

⁴ Tradução minha para: [...] “genre has become a much more complex, multidimensional social phenomenon, a structural nexus between action and structure, between agent and institution, between past and future” (Miller, 2015, p. 69).

essenciais. Primeiramente, a autora pontua que vê a exigência como a externalização do motivo social, em seguida, explica que, à medida em que os motivos se tornam padrões culturais – e não apenas intenções individuais –, estes transformam-se em exigências. Quando essas exigências são reconhecidas como categorias culturais e tomam forma e sentido para uma vida coletiva – ou em comunidade –, estas passam a ser chamadas de exigências retóricas.

Em relação à situação, Miller (2020) pontua que se trata de uma definição social que conduz os indivíduos para a mesma direção. Ao analisarmos a relação entre o texto e o contexto de uso de um gênero, o discurso e seu conteúdo, dentre outros aspectos, devemos observar a exigência, pois, segundo Miller (2020), é aquilo que vai determinar uma situação como retórica. Logo, a exigência, que conduz à utilização do gênero em ocasiões situadas e em eventos recorrentes, gera a situação retórica. Quando se analisa a exigência, por conseguinte, a situação retórica no contexto de uso do gênero, temos a função exercida por ele. Uma vez que os contextos de uso de dicionários são diferentes, podemos encontrar distintas situações e funções de uso destes, por exemplo, verificar a função gramatical de um lema, sua ortografia, entre outras situações. Para isso, na próxima subseção, vejamos como são organizados os dicionários.

2.2 A organização dos dicionários: um olhar lexicográfico

Quando tratamos sobre a organização de um dicionário, podemos encontrar diferentes perspectivas relacionadas àquilo que compõe seu corpo. Welker (2004, p. 78), por exemplo, menciona que, quando a palavra dicionário nos vem à mente, geralmente, pensamos na parte central, como a lista de palavras com informações sobre elas. No entanto, o autor apresenta outros elementos que constituem os dicionários, tais como: (a) prefácio; (b) introdução; (c) lista de abreviaturas usadas no dicionário; (d) informações sobre a pronúncia; (e) resumo da gramática; (f) lista de siglas e/ou abreviaturas; (g) lista de verbos irregulares; (h) lista de nomes próprios; (i)

lista de provérbios; (j) bibliografia; (k) fonte; e, às vezes, (l) certas curiosidades. Em outras palavras, é possível que encontremos todos ou alguns desses elementos a depender do dicionário que consultamos. Para esse autor, os elementos destacados anteriormente são chamados de textos externos, que junto com a macroestrutura do dicionário, formam sua megaestrutura.

Rey-Debove (1971, 2005) esclarece que o dicionário possui uma microestrutura formada por uma entrada e um enunciado lexicográfico – conjunto de informações que aparece, ordenadamente, após a entrada –, o que se constitui no verbete; e uma macroestrutura (nomenclatura ou lista de unidades lexicais). Biderman (2001) corrobora essa caracterização, uma vez que, para a autora, o dicionário é composto por uma macroestrutura (lista de lemas ou entradas lexicais) e uma microestrutura (conjunto de verbetes).

Em relação à macroestrutura de um dicionário, Welker (2004, p. 81) declara que esta se refere à forma como o dicionário é organizado. Assim, o autor sugere que a composição da macroestrutura leve em consideração decisões sobre: (a) o arranjo das entradas ser temático ou alfabético; (b) o formato dos verbetes; (c) a existência de ilustrações gráficas e/ou tabelas no meio dos verbetes; e (d) a localização das informações sintáticas, entre outras, estarem ou não no bloco do verbete.

Sobre a organização das entradas, Welker (2004) afirma que normalmente a grafia do lema é fator predominante nessa organização. Já o tamanho da nomenclatura costuma estar relacionado ao tipo de dicionário. O autor, citando Biderman (1984), exemplifica que um dicionário infantil possui cerca de 5.000 verbetes e que um dicionário escolar cerca de 10.000 a 12.000 ou até 30.000 verbetes. Assim, notamos que identificar quem serão os usuários ou consulentes do dicionário é importante para um lexicógrafo ou para a editora que irá produzir um dicionário.

Em relação à microestrutura, Welker (2004) sugere uma subdivisão: (a) microestrutura concreta – aquilo que vemos nos verbetes, ou seja, a forma concreta em que as informações sobre o lema são apresentadas; e (b) microestrutura abstrata – o

programa de informações antes da confecção do dicionário. Na microestrutura concreta, por sua vez, nos verbetes, Hausmann e Wiegand (1989, p. 341 *apud* Welker, 2004) declaram que, de modo geral, podemos encontrar as seguintes informações: (a) grafia, pronúncia, acentuação, classe gramatical e flexão de um lema; (b) etimologia do lema; (c) marcas de uso; (d) definição do lema; (e) sintagma do lema, por exemplo, colocações; (f) paradigma do lema, por exemplo, sinônimos e antônimos; (g) observações em relação ao lema, (h) ilustrações; (i) remissões e (j) símbolos substitutivos do lema, por exemplo, o til.

Diferentemente, para Biderman (2001), a microestrutura tem como eixos básicos a definição do lema e a ilustração contextual deste, seja por meio das abonações por contextos realizados na língua escrita ou oral, ou por meio de exemplos. A autora destaca que a ilustração contextual (e/ou abonação) é essencial para explicar o significado e/ou o uso registrado na definição. Ademais, a autora sugere que um verbebo seja completado com informações sobre os registros sociolinguísticos do uso de um lema e as remissões a outras unidades do léxico associadas ao lema por meio de redes semântico-lexicais.

Independentemente da quantidade de informações presentes em um verbebo, um elemento importante que é levado em consideração para a organização dos diferentes tipos de dicionários que encontramos é o consulente.

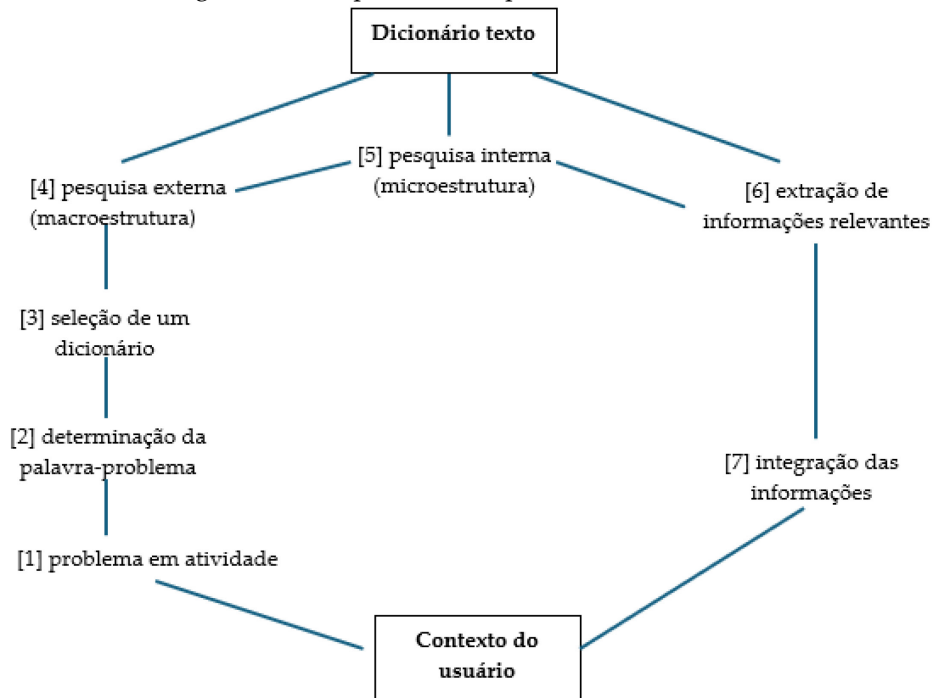
2.3 Os usuários do dicionário

As necessidades dos usuários motivam a produção, a publicação e a venda de dicionários (Hartmann, 1983), assim, de acordo com Hartmann (2001), os dicionários nascem do julgamento sobre quais são as necessidades dos usuários, ou seja, quais informações sobre um lema satisfazem as exigências daqueles que consultam um dicionário. Além disso, pontua o autor, os usuários precisam ser capazes de extrair as informações de que necessitam, quer dizer, precisam dispor de habilidades úteis para consultar um dicionário.

Nesse sentido, a perspectiva dos diferentes perfis de usuário precisam ser levados em consideração na pesquisa para a elaboração de um dicionário. Hartmann (2001, p. 81), propõe que pensemos nas respostas às seguintes questões: (a) Quem possui que tipo de dicionário? Por exemplo, um estudante, um professor, uma criança, entre outros consulentes. (b) A posse de um dicionário é a condição suficiente para um uso bem-sucedido? (c) Quais categorias de informações o dicionário fornece e como estas são apresentadas aos consulentes? (d) Quais são os requisitos para uma consulta bem-sucedida? (e) As habilidades adequadas para o uso de um dicionário podem ser ensinadas? (f) Quais habilidades serão demandas dos consulentes ao utilizarem os trabalhos de referência / tipos de dicionários?

Notamos, a partir dessas questões que, além da comunidade linguística formada pelos profissionais da Lexicografia, existem comunidades de usuários interligadas indiretamente no processo de produção e de uso de um dicionário. Além disso, notamos que as possíveis respostas a essas perguntas – por exemplo, se os consulentes são estudantes universitários ou crianças; se sabem ler, conhecem as classes gramaticais dos lemas; entre outras possibilidades – podem também orientar a organização de um dicionário. Complementando o pensamento sobre a organização de um dicionário, Hartmann (2001) afirma que é necessário pensar se os dicionários pretendem ser gerais ou especializados em alguma área específica e, ainda, se os usuários são leigos ou não.

Para nortear nossa compreensão de quão importante é pensar na organização do dicionário levando em conta a perspectiva do usuário, Hartmann (2001) propõe que pensemos no processo de sua consulta, representado na Figura 2, a seguir:

Figura 2 – Componentes do processo de consulta⁵.

Fonte: Hartmann (2001, p. 91 – tradução minha).

A partir dessa representação, Hartmann (2001, p. 90-91) explica que o processo de consulta a um dicionário:

- [1] surge a partir de uma necessidade do usuário, em outras palavras, origina-se de um problema que precisa ser resolvido – motivação para a utilização do dicionário, – por exemplo, dúvidas em relação à escrita, leitura ou tradução de uma determinada palavra. Então:
- [2] o usuário determina qual é sua dúvida sobre uma palavra – problema a ser resolvido –; por conseguinte, qual é o lema a ser consultado. A seguir:
- [3] o usuário seleciona um trabalho de referência, ou seja, um tipo de dicionário. Nele:
- [4] esse usuário pesquisa informações na macroestrutura, a fim de que:
- [5] na microestrutura, possa pesquisar a localização das informações das quais necessita. Assim:

⁵ Tradução minha para: “Components of the consultation process” (Hartmann, 2001, p. 91).

- [6] esse usuário pode extrair as informações relevantes para sua necessidade inicial, para:
- [7] integrar a informação ao texto escrito ou oral que originou o processo de consulta a um dicionário.

Portanto, a organização de um dicionário é uma ação mais complexa do que podemos pensar, razão pela qual, iniciaremos a discussão a seguir.

3 A caracterização do dicionário como gênero

A partir dos aspectos de um gênero, propostos por Miller (2015), sendo: (a) intenção e exigência; (b) suporte e produto; (c) coletividade e individualidade; (d) substância e forma; (e) ação e estrutura e (f) simbólico e material; nesta seção, discorreremos sobre a conexão entre esses aspectos, a organização do dicionário e as necessidades dos usuários.

Os primeiros aspectos que apontam para uma visão de dicionário como gênero são a intenção e a exigência. Miller (2020) explica que a exigência de um gênero é a externalização do motivo social deste, assim, se lembrarmos que existem diferentes tipos de dicionários (escolar, infantil, especializados, entre outros), notamos que sua existência é uma forma de externalizar um motivo social que visa suprir a necessidade de distintas comunidades linguísticas nas quais podemos encontrar distintos grupos de usuários de um dicionário. Independente do tipo, o discurso presente no dicionário e sua organização tendem a adequar-se às exigências de seus consulentes.

Ao olhar para as perguntas propostas por Hartmann (2001) (a) sobre quem possui um dicionário; (b) se o fato de obtê-lo é uma condição suficiente para um uso bem-sucedido; (c) quais são as informações presentes no dicionário; (d) quais são os requisitos para uma consulta bem-sucedida; (e) se as habilidades para uso de um dicionário podem ser ensinadas ao usuário; e (f) quão fáceis de utilizar são os tipos de dicionários, entendemos que há um pensamento focado em grupos de usuários – quer dizer, no coletivo –, a partir de necessidades individuais de cada grupo. Essa ligação

entre o coletivo e o individual são aspectos que caracterizam um gênero em ações retóricas – situações e motivo para uso de um gênero –, conforme propõe Miller (2012, 2015).

Retomando Hartmann (2001), vemos que as razões pelas quais um usuário utiliza um dicionário podem ser diversas, uma vez que a necessidade para uso de um dicionário nasce de um problema comunicativo, o que também aponta o aspecto social do dicionário. Um problema comunicativo na visão do consulente pode ser uma definição para um lema, sua classe gramatical – por exemplo, se o lema é um verbo, substantivo, adjetivo –, sua ortografia – por exemplo, como é o lema escrito –, seu uso em relação a outras palavras, entre outras possibilidades. Esses problemas conduzem à força pragmática do dicionário ao conectar as intenções dos lexicógrafos (os discursos materializados nos dicionários, por exemplo, a organização dos verbetes) às necessidades dos usuários (a extração das informações contidas nos discursos materializados nos dicionários, por exemplo, o conteúdo da lista de abreviaturas ou dos verbetes), a fim de concluir o ciclo do processo de consulta a um lema, por exemplo.

Os conteúdos normativos ou informativos (Biderman, 2001; Pereira; Nadin, 2019) existentes nos dicionários apontam a forma pragmática com a qual os lexicógrafos se comunicam com os usuários de um dicionário. Como defendido por Miller (2012), um gênero como ação social adquire significado da situação e do contexto social em que essa situação tenha surgido. Em outras palavras, um lexicógrafo parte de um contexto social e das necessidades de um usuário hipotético, o que conduz à situação para a elaboração da informação descritiva existente nos dicionários; informações estruturalmente organizadas entre as partes dos dicionários, conforme destacaram Pereira e Nadin (2019).

A organização do dicionário – a depender da megaestrutura, macroestrutura, medioestrutura e microestrutura – estimula para que a forma (sintática) do exemplar textual do dicionário e a substância (semântica) ganhem força discursiva quando um

consulente utiliza um dicionário, quer seja para uma consulta sem uso imediato da informação ou para resolver um problema comunicativo imediatamente. Vale destacar que, uma vez que os discursos presentes nos dicionários representam os lexicógrafos, o produto textual do dicionário revela a comunicação entre essa comunidade linguística e os usuários do dicionário, característica essencial para a categorização de um exemplar textual como gênero. Como destacado por Correia (2008), um dicionário incorpora as realizações linguísticas e seu discurso predominantemente descritivo da língua promove sua comunicação.

Relacionando Correia (2008) e Miller (2012, 2015), podemos dizer que o dicionário caracteriza a comunidade linguística – os lexicógrafos –, que, por meio do dicionário, engajam-se em situações recorrentes dos usuários, conectando fluxos de experiências nos lemas estruturados, de modo padronizado, chamados de verbetes. Ademais, podemos dizer que, quando verificamos a grafia de um lema, sua pronúncia, sua classe gramatical, sua etimologia, suas marcas de uso, antônimos, entre outras possibilidades, vemos a parte material e simbólica dos recursos textuais metalexigráficos do dicionário. Quando esse material metalexigráfico é extraído e utilizado pelo usuário em suas situações comunicativas, percebemos a força pragmática do dicionário; o que aponta que ele não é apenas uma lista de palavras, mas sim um gênero que pode dar suporte a outros gêneros – como uma carta, um memorando, um artigo científico, entre outros – em nossas interações comunicativas.

Ainda sustentando a força pragmática de um dicionário, temos os textos externos, citados por Welker (2004). Entendemos que o prefácio, a introdução, a lista de abreviaturas, as informações sobre pronúncia, entre outros elementos, que compõem esses textos externos, também podem orientar os usuários de um dicionário sobre as possíveis situações de uso do tipo de dicionário, por sua vez, a substância que conduz a uma ação comunicativa.

Por fim, outro aspecto relacionado ao dicionário como gênero que vale destacar é que um gênero pode se manifestar em mais de uma situação e em mais de um espaço-

tempo (Miller, 2012), sendo assim, observamos que os dicionários fazem parte do patrimônio cultural de uma sociedade que os vem utilizando há décadas. Podemos perceber que alguns lemas encontrados em um dicionário produzido em uma determinada época podem não aparecer dicionarizados em exemplares textuais de outras épocas; ou ainda, unidades lexicais que não estavam dicionarizadas, passaram a ser contempladas em exemplares lexicográficos mais recentes. À vista disso, o surgimento de novas palavras e o apagamento de outras em nosso processo comunicativo fazem com que tenhamos, no dicionário, uma chance de materializar o patrimônio cultural linguístico de diferentes gerações de usuários.

4 Considerações finais

A partir das discussões teóricas fomentadas neste texto, pretendemos considerar o dicionário muito além do que um exemplar textual, pois encontrado na forma impressa, digital e *online* (Pereira; Nadin, 2019), o dicionário: (a) constitui papéis importantes em uma sociedade, tanto para os lexicógrafos quanto aos usuários; (b) possui uma organização que permite que os usuários extraiam informações desde os textos externos até os verbetes; (c) representa uma estrutura de poder, uma vez que os usuários podem utilizar diferentes informações sobre um lema em suas interações comunicativas e (d) é estruturado a fim de atender às necessidades de distintos usuários, em situações situadas específicas – áreas especializadas do conhecimento, escolares, infantis etc. –, ou gerais (tesauros, enciclopédias). Logo, podemos afirmar que o dicionário é um gênero – uma ação social.

A fim de defender essa visão, buscamos neste texto: (i) apresentar uma base teórica pautada no gênero como ação social que reiterasse a categorização do dicionário como um gênero, ideia já proposta por Pereira e Nadin (2019) e (ii) discorrer sobre como pode ocorrer a organização do dicionário a partir das necessidades dos usuários, contribuindo para o reconhecimento do dicionário como gênero – ação social.

Esperamos que este texto promova outras discussões sobre a visão do dicionário como gênero a partir de outras perspectivas, pois, no campo científico, ainda há muito a ser desvendado e discutido. No entanto, muito tem sido feito e conquistado a partir da pesquisa e do conhecer científico. Continuemos a desbravar.

Agradecimentos

Agradeço às professoras doutoras Solange Aranha e Cláudia Zavaglia pelas orientações para a escrita deste texto; à professora doutora Laura Rampazzo e aos avaliadores da Revista GTLex pelas contribuições ao trabalho.

Referências

BAZERMAN, C.; MILLER, C. **Bate-papo acadêmico: Gêneros textuais**. In: DIONÍSIO, A. P.; MILLER, C.; BAZERMAN, C.; HOFFNAGEL, J. (org.). BEZERRA, B. G.; NARDI, F. S. de; SÁNCHEZ, D. G. (trad.). Recife: E-book (Série Acadêmica), 2011.

BIDERMAN, M. T. C. A Ciência da Lexicografia. **Alfa**. v. 28, p. 1-26, 1984.

BIDERMAN, M. T. C. O dicionário padrão da língua. **Alfa**. v. 28, p. 27-43, 1984.

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. de; ISQUERDO, A. N. (org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001. p. 13-22.

CORREIA, M. Lexicografia no início do século XXI – novas perspectivas, novos recursos e suas consequências. In: JUNIOR, M. A. (coord.). **Lexicon – Dicionário de Grego-Português, Actas de Colóquio**. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos/FLUL, 2008. p.73-85.

HARTMANN, R. R. K. **Lexicography: principles and practice**. London: Academic Press, 1983.

HARTMANN, R. R. K. **Teaching and researching Lexicography**. London: Pearson Education Limited, 2001.

KRIEGER, M. G. *et al.* O século XX, cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do português do Brasil. **Alfa**. v. 50, p.173-187, 2006.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.), **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19-36.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008.

MILLER, C. R. Genre as social action. **Quartely Journal of Speech**. n. 70, p.151-167, 1984. DOI <https://doi.org/10.1080/00335638409383686>

MILLER, C. R.. Genre as social action. *In*: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (ed.). **Genre and the New Rhetoric**. United Kingdom: London/United States: Bristol, 2005 [1994]. p. 20-36.

MILLER, C. R. **Gênero textual, agência e tecnologia: estudos**. *In*: DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (org.). HOFFNAGEL, J. C. (trad). São Paulo: Parábola, 2012.

MILLER, C. R. Genre as Social Action (1984), Revisited 30 Years Later (2014). **Letras & Letras**. v. 31, n. 3, p. 56-72, 2015. DOI <https://doi.org/10.14393/LL63-v31n3a2015-5>

MILLER, C. R. Exercising Genres: A Rejoinder to Anne Freedman. **Canadian Journal for Studies in Discourse and Writing/Rédactologie**, v. 30, p. 133-140, 2020. DOI <https://doi.org/10.31468/cjsdwr.843>

PEREIRA, R. R.; NADIN, O. L. Dicionário enquanto gênero textual: por uma proposta de categorização. **Acta Scientiarum. Language and Culture**. v. 41, p. 1-9, 2019. Acesso em: 08 mar. 2024. DOI <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v41i1.43835>

REY-DEBOVE, J. **Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains**. Paris, Mouton: The Hague, 1971. DOI <https://doi.org/10.1515/9783111323459>

REY-DEBOVE, J. Typologie des dictionnaires généraux monolingues de la langue actuelle. **Quaderni del CIRSIL**. Bologna: Università di Bologna, 2005. p.1-6.

WELKER, H. A. **Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia**. Brasília: Thesaurus Editora de Brasília Ltda, 2004.

Artigo recebido em: 19.04.2024

Artigo aprovado em: 26.08.2024